

Pintou fruta nova no pedaço - Laranja Skol.

Furtado: Brasil já trata da moratória

MARCONÉ FORMIGA
Da Editoria Nacional

No final da tarde de terça-feira, depois de desembarcar de um DC-10 que trouxe do Rio de Janeiro, um discreto passageiro parou por alguns instantes no café do aeroporto, enquanto tentava conseguir um lugar de volta no voo que sairia três horas depois. Ao seu lado, no balcão, também discretamente, o ministro Déllo Jardim de Mattos, da Aeronáutica.

Não chegaram sequer a se cumprimentar, pois, tanto o brigadeiro como o discreto passageiro não sabiam quem era quem. Ou seja, que o anônimo passageiro era o economista Celso Furtado, que teve sob seu comando a economia brasileira no período de João Goulart.

— Qual a comparação que o senhor faz da crise econômica atual com a de 1964, e que apressou a deposição do presidente João Goulart?

— O governo Goulart era politicamente fraco, muito fraco. Havia um verdadeiro conluio contra ele. Bom, mas não há comparação entre uma crise e outra, porque a atual é um fenômeno bem diferente. São duas situações extremamente graves, e vale se aprofundar primeiro no período de Goulart porque havia um processo de rebeldia, de contestação ao Estado, e que já vinha desde a época do suicídio de Vargas, quando existia um importante grupo político-militar procurando criar dificuldades para o desempenho governamental. Hoje a situação é outra, tendo o Presidente uma enorme concentração de poder, que está no Executivo. Na época de Goulart o Parlamento era essencialmente político. Se o governo pretendia aprovar um orçamento, tinha que fazê-lo no Parlamento. Hoje em dia o Executivo dispõe de meios para legislar, novos instrumentos, que chamam de pacotes, e que podem mudar a estrutura econômica, sem qualquer consulta a nível parlamentar.

— E por que não prepara um pacote eficiente para combater a inflação?

— Na verdade, depois de três anos de combate à inflação, o custo de vida está cada vez mais alto. Não se deve atribuir como causa a inflação internacional, porque nos últimos três anos não houve nenhum elemento novo. A última elevação no preço do petróleo foi em 1979 e, de lá para cá, os preços do petróleo têm até reduzido, a última elevação nas taxas de juros foi em 80, e depois não houve mais nada disso. Mas nesse período a inflação vem se agravando, apesar de ser essa a principal preocupação do governo.

— Seria também uma crise de competência?

(Quando vai responder é interrompido, por duas vezes, por um garçom que insiste, sem que ele peça, em lhe servir um café. Fulmina o rapaz com o olhar reprovador, e com a voz carregada de sotaque paraibano, esquecendo de vez o francês, finalmente começa a falar)

— A crise é causada pelo desgoverno atual. Veja bem: uma inflação de três dígitos como a de hoje é um sintoma bem claro de desgoverno.

— E o que fazer?

— Em primeiro lugar devem ser retomados os instrumentos de controle da economia. Esse desgoverno resulta da erosão desses instrumentos. É preciso compreender que estão falhos esses instrumentos de trabalho. Por exemplo, vamos falar em política monetária. É preciso controlá-la, estabelecer tetos. Podemos ter política econômica sem política de câmbio? Evidentemente que não, e atualmente o instrumento cambial está completamente erodido. O governo ligou o seu empréstimo público interno a taxas de câmbio, e existem atualmente oito trilhões de cruzeiros de letras de câmbio indexadas ao dólar. Daí é fácil constatar o quanto esse mecanismo está falho. Governo é atuar sobre a realidade, com operacionalidade, mas isso só é possível com instrumentos, que foram desenvolvidos e aperfeiçoados ao longo dos anos. O Banco Central é um desses instrumentos, mas o que nós temos hoje é que o Banco Central está completamente in-

lart. Hoje, professor na Sorbonne, com livros editados no mundo todo, ele é um atento observador da conjuntura mundial, principalmente seus reflexos na economia brasileira.

Apesar de crítico do desempenho governamental, que atribui como causa principal da crise que atinge o Brasil, ele não crê que o caos esteja formado, e a economia brasileira não tenha salvação. Sua preocupação maior é que a situação se agrave, aumentando os reflexos sociais, estimulando o Governo a acionar mecanismos arbitrários, formando assim um ambiente propício para o retrocesso político que todos temem.

Depois de passar vários dias na Europa, conversando com as principais autori-

dades econômicas do mundo, o economista resolveu vir a Brasília para uma reunião com a direção nacional do PMDB, seu partido. Trouxe na bagagem a certeza de que não há como o Brasil escapar da moratória, advertindo que já existem entendimentos nesse sentido. "So que não é negociação, é uma negociação para favorecer os interesses dos banqueiros, em prejuízo dos interesses nacionais".

Com a autoridade de quem e ouvido na Sorbonne, Celso Furtado crê que há alternativas para o Brasil, e não concorda com qualquer analogia entre a crise econômica que apressou a deposição do governo Goulart (1964) com a atual, simplesmente porque Jango, segun-

do ele, era politicamente fraco, enquanto que o presidente João Figueiredo tem, caso deseje acionar, os mecanismos que permitiriam ao Brasil superar suas dificuldades.

Celso Furtado não conseguiu, como desejava, retornar ao Rio de Janeiro na terça-feira, logo depois de sua reunião com o presidente do diretório nacional do PMDB, Teotônio Vilela e, no dia seguinte, com exclusividade, manifestou todas suas preocupações diante da conjuntura brasileira, e o que se poderia fazer, bem como as alternativas políticas disponíveis, além de estar convicto de que as próximas eleições para a Presidência da República serão diretas.

Marcos de Oliveira



Celso Furtado: O Brasil não está condenado a desaparecer

pacitado, totalmente inoperante. Agora mesmo nós vemos um grupo de estelionários emitir centenas de bilhões de títulos frios, e a fiscalização bancária só tomou conhecimento bem depois, e isso por acidente.

— Afinal, o Brasil vai sair ou não dessa situação? O senhor

são do Presidente, e evidentemente que as reações de desordens, que são irrationais e destrutivas, tornem impraticável o exercício democrático, estimulando o emprego dos mecanismos do período autoritário, e que certamente seriam utilizados. Não desejamos voltar a um período ditatorial, e é bom lembrar que ainda temos resquícios na legislação brasileira desse autoritarismo, como as salvaguardas.

— Será que o povo já está próximo do esgotamento, não aguenta mais?

O povo brasileiro é de enorme tolerância. Para você ter uma medida da tolerância do povo brasileiro, basta analisar o salário mínimo, que é um dos mais baixos do mundo, comparado com os países que têm o nível de vida médio do brasileiro. O povo brasileiro é extremamente paciente, e isso decorre da própria história do país, da diversidade do povo, heterogeneidade social, disparidade regional, e tudo isso contribui para que as tensões, choques, sejam geradas muito lentamente. Mas os abusos podem ir demasiadamente longe, e as reações poderão realmente ser incontroláveis.

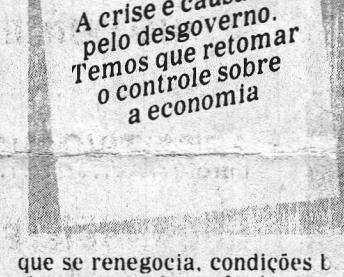
— A moratória é a saída? Chegou o momento de o Brasil dizer o "devo, não nego, pago quando puder"?

— O Brasil já está em moratória. Evidentemente que o Governo nega, mas esses desmentidos são normais. Lembra-se quando desmentiam que se iam renegociar a dívida? Bom, o Brasil já está em moratória, tanto é que tem suspenso o pagamento de meio bilhão de dólares de juros, e isso significa uma situação de moratória. Apesar disso o Brasil pretende encobrir, com a idéia de que amanhã vai chegar outro acordo com o Fundo Monetário Internacional, e vai começar uma fase nova. O Brasil vai declarar ou

não a moratória. O importante é saber que tipo de moratória, se é uma moratória de acordo com os interesses reais do País, que só pode ser feita fundada, baseada no exercício pleno da soberania nacional; ou uma moratória chamada negociação, que atenda primeiramente os interesses dos banqueiros, como está sendo feita atualmente. Veja o que está sendo feito atualmente, os banqueiros e que preparam um documento para dizer a situação do País e que recursos necessita, quando deveria ser o inverso. Caberá ao Brasil exportar suas necessidades e estabelecer as condições.

— Bom, e o "devo não nego, pago quando puder" teria desdobramento lá fora?

— O desdobramento imediato seria definir as condições com



A crise é causada pelo desgoverno. Temos que retomar o controle sobre a economia

que se renegocia, condições básicas, prazo de carência, taxas de juros, reescalonamento do montante da dívida à receita de divisas do País, uma série de posições. Os banqueiros já ganharam muito dinheiro e agora chegou o momento de perderem algum dinheiro. E claro que eles lutam contra isso porque defendem seus interesses. Quando se empresta dinheiro a taxas de juros tão altas como as atuais, e o credor é inadimplente, o prejuízo deve ser interpretado como uma regra do jogo. Não se ganha tanto dinheiro sem correr risco. E eles que ganharam tanto dinheiro no Brasil têm que aceitar essa situação que está formada, não por culpa do Brasil, mas de uma conjuntura internacional.

— Qual o tempo que o senhor prevê para essa crise toda acabar?

— Ha muitas formas de crise. Crise pode ser uma forma de transição, um período de transição. Nos anos 30 tivemos uma crise profunda que permitiu a reconstrução da economia nacional, com o redirecionamento da economia brasileira para o mercado interno, e uma crise pode ser apenas indiscutível, como a da Argentina nos últimos 10 anos, que desmantelou seu sistema econômico, sem que haja uma perspectiva sequer de recuperação. O que preocupa de imediato é também definir como vamos superar esse momento de turbulência internacional, como podemos reduzir o sofrimento do povo, e aproveitar para redirecionar o nosso desenvolvimento, tirar esse desenvolvimento de projetos faraônicos e megalomaníacos, que dominaram nos últimos anos, e colocar esse desenvolvimento voltado para as reais necessidades do povo.

— O senhor não tem dúvida nenhuma de que há como salvar o Brasil?

— Estou cheio de certeza, mas não com o desgoverno que vemos agora...